

Dignidade menstrual na formação docente: cartografias de experiências no Brasil e no México

Caroline Luiza Willig

Doutoranda em Processos e Manifestações Culturais/Universidade Feevale

<https://orcid.org/0000-0002-6133-4835>

carol.willig@gmail.com

Saraí Patrícia Schmidt

Doutora em Educação/Universidade Federal do Rio Grande do Sul

<https://orcid.org/0000-0001-8795-3100>

saraischmidt@feevale.br

Ruth Belinda Bustos Córdova

Doutora em Educação/Universidade Autónoma do Estado de Morelos

<https://orcid.org/0000-0002-2047-177X>

ruthbustos7@gmail.com

Introdução

Esta investigação integra meu processo de doutoramento e é escrita em primeira pessoa, na condição de primeira autora, sob orientação das segunda e terceira autoras. Abordo experiências distintas de pesquisas-intervenções em dignidade menstrual e formação docente, ocorridas entre 2022 e 2024, nos territórios do Brasil e do México. Fazendo uso da cartografia (Deleuze & Guattari, 2006) como método de pesquisa-intervenção, estes escritos rememoram e refletem vivências para as quais dedico, literalmente, meu sangue.

Desde 2019, investigo a temática e levo a discussão para o território escolar e/ou formação docente por meio de atividades formativas distintas. Se tratando de memórias, as experiências são apresentadas em ordem cronológica, com espaço para reflexões e conexões entre uma vivência e outra.

Em 2022, realizei a segunda edição do minicurso dirigido a toda rede municipal de docentes de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, mediante o acordo de Educação Antidiscriminatória, firmado entre a Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo e a Universidade Feevale, por meio do Grupo Criança na Mídia – Núcleo de Pesquisa em Comunicação, Educação e Cultura. Essa foi a primeira das experiências aqui cartografada, sob orientação da professora doutora Saraí Patrícia Schmidt.

Em 2024, fui selecionada para o Programa de Doutorado-Sanduíche no Exterior (PDSE) da CAPES, para realizar uma instância de investigação doutoral na Universidad Pedagógica Nacional (UPN), unidade 171, localizada na cidade de Cuernavaca, no estado de Morelos, México. Este período me permitiu levar a temática da dignidade menstrual para dentro da sala de aula de uma universidade pública a partir da fala *Necesitamos platicar acerca de la dignidad menstrual*, voltada exclusivamente para a formação docente, e discutir com educadoras/es em formação de maneira interseccional.

Também em 2024, tive um projeto cultural aprovado no meu município-natal, Três Coroas, Rio Grande do Sul, por meio da Lei Paulo Gustavo (LPG), política pública de reparação para a classe cultural afetada pela pandemia do Covid-19. O projeto consistiu na realização de um curso intitulado *Precisamos falar sobre dignidade menstrual* voltado para a população trêscoense.

A experiência de sentipensar as três atividades formativas e depois vivenciá-las junto às pessoas participantes deságua em uma complexidade de territórios, experiências e imaginários que ganham caminhos outros diante dos colonialismos patriarcais que os atravessam. Por isso, optamos por apresentar uma cartografia conjunta, já que os caminhos percorridos são distintos, mas o sangue que escorre por eles segue sendo a dignidade menstrual.

Caminhos teóricos e metodológicos

A experiência de sentipensar as três atividades formativas para tempos, espaços e públicos distintos implicou estratégias situadas e propostas de tessituras coletivas para a dignidade menstrual. Neste espaço, se apresentam os caminhos teóricos e metodológicos percorridos no sentipensar das formações docentes em dignidade menstrual, influenciando nas opções de ferramentas, conteúdos, metodologias e recursos acionados em cada formação.

As três atividades formativas estão situadas em territórios latino-americanos, terras também conhecidas como Abya Yala, terra em florescimento, ou América Ladina, como referência a intelectual brasileira Lélia Gonzalez (2020). Brasil e México são dois

territórios amplos e complexos, com suas similaridades, discrepâncias e caminhos que se entrecruzam. Embora os países não façam fronteira territorial, habitam entrelugares atravessados por opressões colonialistas e luta por emancipação do “sangue latino que corre por nossas veias e também por entre as pernas cujos úteros pulsam vida a cada ciclo e jorram a visceralidade da existência diante da necessidade higienista, eurocêntrica e americanizada ofertada em massa pela mídia”, conforme escrevi em meu Diário de Momentos.

Como objetivo geral, a investigação propôs a cartografia de cada um dos percursos formativos, desde o sentipensar de cada atividade até a apresentação de memórias das experiências, captadas por meio de questionários, imagens, fotografias, depoimentos, vivências e reflexões do Diário de Momentos (Hess, 2006). Estas vivências mapeadas servem para a reflexão sobre a dignidade menstrual de forma interseccional, entrelaçando saberes das culturas brasileira e mexicana de maneira emancipatória. A proposta das formações foi enfocada em permitir espaços de diálogo e criticidade, desconstruindo coletivamente as colonialidades, apontando para a complexificação das discussões sobre dignidade menstrual nos territórios escolares, culturais e na mídia, com a compreensão das existências das cosmopercepções plurais e identidades que as impregnam.

Para cada atividade formativa, foi realizado um processo cartográfico e interseccional de pesquisa-intervenção. O trabalho iniciou com o mapeio de políticas públicas, investigações científicas, produtos midiáticos, ações de saúde e educação envolvendo dignidade menstrual em cada território, seguido da organização dos materiais cartografados, elencados como conteúdos para apresentação durante as formações.

A diversidade de marcadores sociais da diferença na sociedade ocidental moderna, situada em cada território e público, foi levada em consideração mediante as opções feitas na etapa de planejamento das formações. Foi observado a utilização dos conteúdos com a intenção de gerar reflexões e diálogos coletivamente, trazendo a oportunidade de reflexionar sobre a menstruação digna com pessoas que partem de seus territórios. Assim, as pessoas participantes podem, com base em seus percursos, lutar pela dignidade menstrual, contribuir com a construção de saberes interseccionais acerca da temática e realizar uma tessitura de práticas nascidas nas comunidades, voltadas para elas mesmas, que se desenvolvem de maneiras distintas mediante as necessidades e experiências de cada território.

A cartografia, opção teórico-metodológica que estrutura estes escritos, traz a compreensão do devir deleuziano e é mimetizada na fluidez da menstruação, desaguando em territórios distintos enquanto fenômeno tanto social quanto fisiológico. Compreendo

o território investigativo como um mapa movente que deságua por territórios distintos, onde as curvas inesperadas da pesquisa me levam, de norte a sul da América Latina.

Neste percurso investigativo, não há quantificação, imparcialidade ou previsibilidade, mas a fluidez do percurso e a confluência de diversas fontes vindas de territórios distintos (Deleuze & Guattari, 2006; Kastrup, 2008; Passos & Barros, 2009). Há uma série de afluentes e percursos que ora se encontram, ora se dividem, e fazem parte das buscas por sentidos. Na investigação cartográfica, há afeto e afetamento mútuo, uma relação simbiótica de investigação-investigadora/s, sujeitos coletivos que se reconhecem integrais ao fazerem uso não apenas da inteligência racional, mas também da inteligência emocional, trazendo para o percurso de planejamento e realização das atividades formativas o sentipensamento (Restrepo, Escobar, 2005).

Foi necessário coraçonar cada uma das formações, compreendendo que, ao tratar da dignidade menstrual, se está falando de direitos humanos. A sensibilidade de entender este acontecimento, além dos saberes e necessidades específicos que o envolvem, é fundamental na abordagem da educação cidadã, como pontua a investigadora mexicana Yurén (2000). Ao discutir a cidadania como respeito mútuo às particularidades e diversidades, a autora, dentro dessa educação cívica, afirma que o autocuidado é fundamental – conceito que Yurén retira de Foucault, voltando-se para forma de os cidadãos procurarem seu próprio bem-estar, mantendo uma relação crítica com seu contexto e a busca por dignificar a vida de todos.

A interseccionalidade, também articulada enquanto teoria e metodologia, se desborda em toda a investigação em complementaridade com a cartografia, permitindo a valorização da diversidade de saberes e desconstrução das colonialidades (Akotirene, 2019; Bilge & Collins, 2021; Crenshaw, 1991; González, 2020; Oyèrónké, 2021; Segato, 2012).

Compreendo que cada território coletivo e sujeito que integra, direta ou indiretamente, as formações, está atravessado por marcadores sociais da diferença que atuam tensionando-se mutuamente, gerando opressões outras e experiências singulares, conectadas por essas violências. As mazelas da falta de dignidade para menstruar são compartilhadas, embora cada menstruante vivencie essa situação de vulnerabilidade de maneira única.

Dignidade menstrual por territórios de Brasil e México

Tanto o Brasil quanto o México aderiram à constituição Universal de Direitos Humanos da ONU e fazem parte da lista de países membros do Conselho de Direitos

Humanos. Ambos têm índices de violação de direitos de menstruantes por situações similares. Em nível mundial, a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) estima que meninas perdem entre 10% e 20% de seus dias escolares porque não têm acesso a produtos de saúde menstrual ou informação, segundo dados de 2004. Surgiram iniciativas públicas e privadas, civis e jurídicas, que denunciam e buscam soluções para essa complexa situação, permeada por desigualdades sociais, tabus e silenciamento.

A dignidade menstrual está estreitamente relacionada com a violação de uma série de direitos por conta da experiência de pobreza menstrual. A situação afeta, principalmente, jovens que carecem de conhecimentos, condições materiais e sociais para vivenciar de maneira saudável seus períodos (Willig; Schmidt, 2024). Isso resulta em absenteísmo escolar, denunciando uma situação complexa que coloca em evidência as correntes colonialistas que operam de maneira patriarcal e capitalista, oprimindo as pessoas que menstruam e empurrando-as ao papel cisheteronormativo determinado para pessoas menstruantes.

Nesse contexto, as atividades formativas, enquanto pesquisas-intervenções voltadas para a educação – como a presente investigação – têm empregado o esforço de aprofundar a discussão e transcender discursos que se enfocam quase exclusivamente em dispositivos tecnológicos de contenção do sangue menstrual, ignorando questões estruturais de sociedades urbanizadas, como a falta de saneamento básico ou de conhecimentos essenciais na grade curricular da educação pública.

Segundo uma pesquisa realizada no México pela Essity, marca de cuidados femininos, e também segundo a UNICEF, 20% das mulheres mexicanas têm faltado à escola por problemas relacionados com a menstruação (2022), percentual similar ao do Brasil, segundo pesquisa da UNICEF/UNFPA (2021), que assinala que 20% das meninas não vão à escola durante seu período menstrual por uma série de questões que perpassam um cerceamento de saberes, bem como uma pauperização da população menstruante.

Em cada território, seguem mapas diferentes em uma busca comum: a dignidade para menstruar. Até 2021, as pessoas que menstruam no México e no Equador pagavam, respectivamente, 16,0% e 12,0% de impostos sobre produtos menstruais. A taxa sobre pessoas menstruantes, em toda a América Latina, reflete uma injustiça que perpassa a estruturação colonial dos estados-nação, alicerçada em essencialismos biologizantes de sexo e raça, tendo como operante o sistema capitalista, segundo Alhelí Calderón-Villarreal (2023), corroborando para a pauperização de menstruantes (Willig, 2024).

Índices de 57 países e territórios e 78 estados (os dos Estados Unidos e do Brasil), analisados desde 2012, apontam que somente 10 países e territórios eliminaram a

tributação sobre produtos menstruais, sendo eles Jamaica, Canadá, São Cristóvão e Névis, Trinidad e Tobago, Guiana, Colômbia, Porto Rico, México, Equador e Barbados. Cerca de 63,2% dos locais seguiam cobrando impostos sobre itens de higiene menstrual em 2022, incluindo o Brasil, que até os dias atuais, mantém a cobrança. A isenção dos impostos caminha a passos lentos, entretanto, reverbera lutas árduas de pessoas engajadas nos movimentos pela dignidade menstrual que desmantelam uma série de estruturas opressoras sobre corpos feminilizados, de maneira interseccional.

O Brasil, em 3 de setembro de 2021, foi sancionada a Lei Federal 14.214, que instituiu o *Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual* e prevê a distribuição de absorventes e outras ações básicas relacionadas à promoção da dignidade menstrual para pessoas em situação de vulnerabilidade social, inscritas no programa, bem como em escolas públicas, pessoas em situação de rua ou em sistema penitenciário.

Assim como a gravidez, menstruação não é uma doença, mas exige cuidados específicos para evitar que se torne uma. Demonizada pela cultura higienista ocidental moderna, a menstruação é uma condição que coloca pessoas em vulnerabilidade diante de um sistema que foi criado para rechaçar e fazer uso de tudo aquilo que é feminino, trazendo leis iguais e não equânimes para pessoas que possuem necessidades diferentes e, portanto, requerem atenção e visibilidade, além de políticas públicas voltadas para a temática que reparem esse histórico lugar de marginalização.

Dentro do território escolar, tanto Brasil quanto México não possuem políticas públicas dirigidas para a educação menstrual, sendo que a temática raramente tem espaço na grade curricular da escola pública além da aula sobre a reprodução humana na disciplina de biologia. Como parte da educação sexual, a educação menstrual é um saber que está sendo resgatado em iniciativas independentes e, aos poucos, ocupando espaço no sistema. As experiências cartografadas neste artigo são um experimento social guiado pela inspiração de diversas iniciativas que atravessaram meu caminho como menstruante e como investigadora. O objetivo foi suscitar debates, intercâmbios de conhecimentos e cocriar espaços de autonomia para o desenvolvimento de saberes e práticas para a dignidade menstrual que respeitem as características de cada território por onde as ações formativas percorreram.

Da mesma forma que o sangue é central para a investigação, a interseccionalidade (Akotirene, 2019; Bilge & Collins, 2021; Crenshaw, 1991) é visceral nesta pesquisa, considerando e evidenciando a ancestralidade acadêmica à qual pertence – do coração das mulheres negras, como bem referencia Akotirene (2019) através de suas experiências de resistência aos colonialismos de sexo, gênero e raça.

O tabu e a feminilização da menstruação são perceptíveis também no silenciamento coletivo a respeito do tema, com a mancha da menstruação enquanto uma mácula naquelas que a possuem; um sangue que escapa e rememora a condição inferior do corpo imperfeito, doente e pecador (Willig, 2021), enunciando os estigmas que reforçam as estruturas patriarcais e que, através do silenciamento, mantém invisíveis e naturalizadas as violências contra menstruantes.

A busca pela dignidade perpassa o reconhecimento da menstruação como um fenômeno integral que não pode ser separado de seus imbricamentos culturais e biológicos, diante de uma sociedade que baseia o ser mulher numa lógica pautada no corpo. Os entrecruzares colonialistas de gênero, raça, classe, território, idade, religião influem diretamente na forma como cada pessoa vai vivenciar a sua menstruação, neste contexto de discursos que evidenciam uma dignidade menstrual universalizante, higienista e guiada pelas pressões neocapitalistas, que transformaram a necessidade de menstruantes em nicho de mercado.

Estratégias para gerar diálogos acerca da dignidade menstrual

A cartografia, os afetos e o coraçonar foram utilizados como estratégias para sensibilizar nas atividades formativas, articuladas para reumanizar o espaço de ensino-aprendizagem. A interseccionalidade vem para complexificar as camadas de opressões e formações identitárias. Estas se apresentam como ferramentas de análise e compreensão da realidade, além de possibilitar que as comunidades teçam com autonomia seus processos históricos no que tange à menstruação.

As atividades formativas que integram a investigação tiveram seus conteúdos adaptados de acordo com o público, fazendo do processo de doutoramento um caminho interseccional e cartográfico, que parte sempre do tempo-espaço que percorro enquanto menstruante e pesquisadora.

O percurso traz também o sentipensar quando propõe a adaptabilidade dos conteúdos para cada realidade, com enfoque emancipatório e gerador de autonomia para a tessitura de suas próprias narrativas e caminhos. A seguir, são apresentadas as atividades formativas:

Formações em dignidade menstrual Brasil e México								
Formação	Período	Quantidade de encontros	Formato	Território	Público	Caráter	Custo	Vínculo
Estigmas do Sangue no Território Escolar	De 19 de julho a 04 de outubro de 2021	4	Virtual por Google Meet	Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil	Docentes, coordenadoras/es, diretoras/es, de escolas de educação infantil e ensino fundamental, séries iniciais e finais da Rede Municipal de Educação de Novo Hamburgo	Institucional e facultativo	Gratuito	Parceria entre a Universidade Feevale, por meio do Criança na Mídia e a Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo
Precisamos falar sobre dignidade menstrual	De 13 a 29 de agosto de 2024	4	Virtual por Google Meet	Três Coroas, Rio Grande do Sul, Brasil	Estudantes e profissionais de saúde, assistência social, educação, arte, cultura, direitos humanos, ativistas e público em geral, com prioridade para a comunidade de Três Coroas	Financiado pelo governo e livre	Gratuito	Realização por meio de recursos financeiros da Lei Paulo Gustavo) edital 01/2024 do Município de Três Coroas
Mapeo del Cuerpo-Territorio Menstruante	22 de agosto de 2024	1	Presencial	Universidad Pedagógica Nacional, unidade 171, Cuernavaca, Morelos, México	Estudantes do sétimo semestre de Pedagogia da Universidad Pedagógica Nacional de Cuernavaca, Un. 171	Institucional e facultativo	Gratuito	Realización por medio de la beca de investigación PDSE financiada por CAPES

Quadro 1. Relação de formações sobre a menstruação.
Fonte: elaboração própria (2025).

Cartografando ações formativas em dignidade menstrual

A primeira formação que constitui o enfoque desta investigação é a segunda edição de um curso previamente realizado junto de docentes da Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfina Diefenthäler, em Novo Hamburgo. Esta experiência integra a dissertação *“Tá de chico?” Estigmas do Sangue na Mídia e na Escola* (Willig, 2021). A nova edição teve seus conteúdos revisados e complexificados pelas análises que emergiram da primeira experiência, e foi disponibilizada com vagas limitadas para toda a rede municipal de ensino de Novo Hamburgo, a partir do Convênio de Educação Antidiscriminatória em 2021. Na figura abaixo, é apresentado o material de divulgação da ação formativa.



Figura 1. Folder de divulgação da formação *Estigmas do Sangue no Território Escolar*.

Fonte: Criança na Mídia (2021).

A formação ocorreu de forma virtual, conforme se observa na figura seguinte, via *Google Meet*, devido ao contexto delicado em que ainda enfrentávamos a pandemia do COVID-19. Por esse motivo, as atividades formativas foram realizadas totalmente online, contando com quatro encontros, durante os quais foram disponibilizados questionários para que as pessoas participantes pudessem contribuir com reflexões suscitadas durante os momentos de reunião online. Os conteúdos abordados foram diversos, todos partindo de análises anteriores dos percursos de mestrado e doutorado, bem como de materiais midiáticos e pesquisas acadêmicas que abordam a temática. Participaram da formação um público majoritariamente feminino e com experiência de mais de dez anos de docência em escola pública, profissionais com experiências e vivências a partilhar sobre o tema, e que optaram por estar presentes para contribuir com a discussão.



Figura 2. Imagem ilustrativa com print de tela da formação *Estigmas do Sangue no Território Escolar*.

Fonte: elaborado pela primeira autora (2021).

Os encontros suscitaram diversas percepções, entre elas a de que a rede municipal de escolas de Novo Hamburgo representa um território complexo, com suas periferias e centros, onde a dominação colonialista e masculina se manifesta de formas distintas e penetra também nos territórios escolares, oprimindo pessoas feminilizadas em diversas fases da vida:

A questão de relacionar a produção (produtividade) em relação à menstruação e à subalternização das meninas e idosas porque perderam sua utilidade produtiva, é uma desumanização. Pensei nos vários níveis que nos constituem como mulheres: menina, moça, senhorita, senhora, todas estas etapas nos remetem a um processo de dominação. Vamos precisar fortalecer e empoderar nossas meninas! (Docente participante da formação, 2021).

Sobretudo durante a adolescência, a menstruação representa um fator extra de vulnerabilização, resultando no absenteísmo escolar, situação em que menstruantes deixam de ir à escola durante o período. Isso ocorre por diversos fatores, e não somente pela ausência de absorvente: “A problemática das faltas das meninas na escola, quando estão menstruadas, passei a observar na nossa escola as ausências. Fiquei muito preocupada”, relatou uma participante.

A realização de ações locais como forma de transformar essa realidade também se mostrou presente nos relatos das docentes participantes, refletindo a autonomia da comunidade em gerir seus processos de emancipação a partir da tomada de consciência, da educação, da fala e da escuta. “Temos várias meninas que não vem à escola quando estão menstruando. Temos várias meninas participando de um grupo de acolhimento, escuta e tivemos relatos de muitos temas que são invisibilizados no contexto”, declarou

uma participante, reverberando a importância de espaços de acolhimento para que os afetamentos diante das opressões patriarcais possam ser expressos, permitindo que as urgências das pessoas vulnerabilizadas sejam narradas.

A violação de direitos básicos de menstruantes também transbordou durante os encontros, em relatos vindos de docentes de escolas distintas, refletindo a precariedade do saneamento básico de algumas regiões de Novo Hamburgo:

As condições de água, luz saneamento básico pautadas pela ONU para menstruar com dignidade me parecem assustadoras pois dialogam com uma realidade no município que é o caso das vivências em espaços de ocupação precária nas periferias da cidade, não regularizados, com acessos informais a água e luz, por exemplo (Docente participante da formação, 2021).

Muitas famílias vivenciam essa situação, conforme destacou uma participante: “Sabemos da falta de acesso e higiene das famílias ao redor da escola. Algumas sem água e/ou banheiro”. Mas também muitas escolas do município: “A falta de papel higiênico, sabão sempre foi uma realidade contundente nas escolas, talvez, esteja hoje minimizada em razão da pandemia”.

Para além da água potável, banheiro, itens de higiene, a falta de um chuveiro quente num estado como o Rio Grande do Sul, onde as temperaturas no inverno são baixíssimas, dificultam um simples banho para ir à escola ou ao trabalho. Em 2024, com as enchentes de maio que inundaram cerca de 95% do território gaúcho, a situação de vulnerabilidade de pessoas menstruantes se desbordou. Em nível mundial, segundo a ONU, as mulheres representam 80% das refugiadas climáticas¹, aquelas que precisaram sair de seus lares por questões ambientais, como as que vivenciamos no Rio Grande do Sul. Eu, na condição de primeira autora, também tive que abandonar meu lar por conta de deslizamentos de terras que afetaram o espaço onde eu morava, na cidade de Três Coroas.

Na condição de refugiada climática, e em meio ao grande rio que se transformou minha terra natal, mergulhei na experiência cartográfica de pesquisadora e vivenciadora da história que dá sentidos ao processo de doutoramento. Eu era uma entre mais de 1 milhão e 400 mil pessoas afetadas pelas enxurradas, abrigada por amigas/os. Entre muitas pessoas desabrigadas, a situação nos espaços de acolhimento também foi complicada para pessoas feminilizadas. Começaram a vazar situações de abusos sexuais e de falta de itens essenciais para a garantia da dignidade menstrual – era a crise climática ampliando

1 Mais informações podem ser encontradas no seguinte link: <https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/segundo-onu-mulheres-representam-80-das-pessoas-forçadas-a-migrarem-por-mudancas-climaticas/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

ainda mais as desigualdades sociais. Diversos movimentos surgiram para solucionar as questões e fornecer itens básicos de higiene menstrual, e, de toda forma, foi inevitável escrever em meu Diário de Momentos o quanto me reconhecia dentro da pesquisa, tanto investigada quanto investigadora de minhas próprias percepções.

Em meio às inundações, alcei voo em direção aos caminhos abertos do outro lado do hemisfério, adentrando o território mexicano com a bagagem de experiências para compartilhar. Desembarquei em 16 de maio de 2024 para realizar a instância investigativa PDSE, junto da Universidad Pedagógica Nacional, localizada na cidade de Cuernavaca. À distância e de modo online, mediei mais uma edição do curso, desta vez uma proposta de formação intersetorial. A segunda experiência cartografada, como é ilustrado na figura abaixo, foi o curso *Precisamos Falar sobre Dignidade Menstrual*, com a comunidade de Três Coroas, Rio Grande do Sul, Brasil, minha terra natal. Esta formação também é fruto e consequência das atividades formativas anteriores. Embora não tenha ocorrido por meios acadêmicos, mas sim de uma escolha independente que acabou desaguando na tese, ela faz parte do meu processo enquanto investigadora, sendo meu primeiro projeto cultural aprovado. Oriunda de um projeto selecionado por meio de edital no município de Três Coroas, a formação foi financiada pela Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195/2022), edital 01/2024. Ocorreu de modo online e contou com inscrições gratuitas, vagas limitadas e quatro encontros ao vivo que foram gravados e disponibilizados para todas as pessoas participantes.



Figura 3. Folder de divulgação da formação docente Precisamos Falar sobre Dignidade Menstrual.

Fonte: elaborado pela primeira autora (2024).

Foram trabalhados os preconceitos e tabus que cercam a menstruação, culturalmente tecidos ao longo do tempo, como a vergonha, além dos direitos de menstruantes e a forma como a menstruação é abordada na mídia. A percepção da realidade circundante, a partir do diálogo, proporcionou observações acerca da menstruação precoce: “Decidi participar do curso porque sou professora dos anos iniciais e atualmente estou diretora de escola. Observo que cada vez mais, as meninas menstruam antes (do que na minha época) e que algumas sentem vergonha ainda”, destaca uma das participantes do curso” (Participante da formação, 2024).

A menstruação precoce ocorre por uma combinação de fatores, desde a crise climática, o uso de fertilizantes e agrotóxicos que interferem diretamente no sistema sexual reprodutivo, até a alimentação baseada em ultraprocessados, transgênicos e alimentos repletos de hormônios. Isso, combinado com a hiperexposição e hipersexualização das infâncias nas mídias, estimula o adiantamento da puberdade. A dignidade menstrual deveria abranger todas essas questões, muito além das questões materiais e assistencialistas que reduzem a pauta à necessidade de absorventes descartáveis, que, inclusive, contêm químicos que aumentam o fluxo menstrual e prejudicam a saúde do sistema ovulomenstrual.

A diversidade e a interseccionalidade também foram abordadas além das experiências ocidentalizantes. Durante um dos encontros, foi exibida uma produção cinematográfica sul-riograndense voltada para a menstruação nos moldes de um dos povos originários desse território. A etnoficção Mbya Guarani intitulada *Um Tempo Para Mim*, dirigida por Paola Mallmann, trouxe uma relativização do lugar universal imposto à menstruação pelos moldes higienistas, eurocêtricos e americanizados. A produção mostrou outros modos possíveis de vivenciar a menstruação e, conseqüentemente, necessidades diferentes para a garantia da dignidade menstrual.

Participantes trouxeram a percepção de nunca terem refletido sobre a forma como vivenciamos a menstruação na sociedade ocidental moderna, cujo processo histórico é marcado por opressões colonialistas. Ao mesmo tempo, existem narrativas de processos históricos invisibilizadas que seguem resistindo diante da aculturação dos povos originários. Formas de vida que transcendem as percepções biológicas e que perpassam compreensões subjetivas, como o reconhecimento da lua no céu enquanto um espelho que mimetiza as fases do ciclo ovulomenstrual. Ademais, tem-se os saberes passados de geração em geração por meio do diálogo, fazendo das avós as professoras; sábias encarregadas de transmitir, mediante a oralidade, os costumes, ritos, ervas e preparações para que as novas menstruantes da comunidade tenham os conhecimentos necessários para viver com saúde e tranquilidade essa nova fase de suas vidas.

O reconhecimento do diálogo como ferramenta primeira para abordar a dignidade menstrual foi uma pista emergente durante os encontros. As pessoas participantes evidenciaram sua participação na formação para aprofundar conhecimentos e desmistificar o tema:

Acredito ser importante dialogar abertamente e colocar em evidência os temas que envolvem o corpo, as vivências e a saúde das mulheres e demais pessoas menstruantes. *É um assunto tabu, mas é nosso, e precisa de espaço.* Me interessa também apoiar a pesquisa e o trabalho da minha amiga e demais mulheres, além de formar parte de redes que propiciem o pensamento crítico na região. Além disso, vejo nos encontros propostos a possibilidade de conhecer mais e adquirir novas ferramentas a respeito do assunto (Participante da formação, 2024, grifo nosso).

A tessitura de redes de trocas de saberes entre pessoas que vivenciam contextos distintos se mostrou um afetamento muito importante durante os encontros, reforçando a relevância da diversidade de olhares como sendo essencial para o desenvolvimento de intervenções interseccionais e para a percepção coletiva de aspectos até então entendidos como íntimos e individuais, mas que perpassam a vivência de muitas pessoas menstruantes – como os tabus, conforme expressou uma participante da formação: “Por muitos anos sentia a menstruação como algo sujo, incômodo, indesejável. Mas com o passar da maturação fui percebendo que ela (menstruação) faz parte de mim, de quem eu sou!”.

Pessoas que atuam na educação, na saúde, no direito, na educação menstrual especificamente, integrantes da comunidade trêscoroense, além da rede de contatos e pessoas interessadas que cruzaram o caminho da primeira autora e da temática, fizeram parte do público, ocasionando discussões que proporcionam um olhar menos fragmentado sobre o assunto: “Gostaria de compreender a menstruação além do fisiológico e como ela é vista/sentida por outras pessoas”, destacou uma participante. Transcender os aspectos fisiológicos da menstruação, bem como compreendê-la como um fenômeno cíclico, foram pontos importantes do debate gerado durante os encontros:

Percebo o quanto a falta de conhecimento sobre o assunto negligencia os corpos menstruantes. **A forma como trabalho ciclo menstrual, na disciplina de ciências, não vem favorecendo de forma satisfatória a quebra dos estigmas sobre menstruação.** O curso me fez pensar em formas diferentes de trabalhar o assunto com adolescentes (Participante da formação, 2024, grifo nosso).

Esta é a percepção de uma professora de ciências do ensino fundamental do município de Três Coroas, que, vale destacar, foi minha professora no ensino fundamental e, em alguns momentos de minha vida profissional, também colega de trabalho. A forma como a menstruação é apresentada nas escolas, atualmente, só tem espaço em seus aspectos biológicos, quando se aprende sobre o sistema reprodutivo humano. Mesmo sem espaço além desse lugar no currículo básico, é uma escolha de cada docente, independentemente da disciplina ministrada, abordar a temática de modo transversal, já que existem vários aspectos além dos fisiológicos que podem e devem ser discutidos no território escolar.

No último encontro, um exercício que convidou as pessoas participantes a mapearem os sentipensares de corpos-territórios menstruantes trouxe importantes contribuições sobre o que permeia o imaginário social em torno da menstruação. A figura abaixo traz uma ilustração realizada por uma participante do curso, que faz parte da minha trajetória de lutas pelos direitos das mulheres e de pessoas menstruantes.

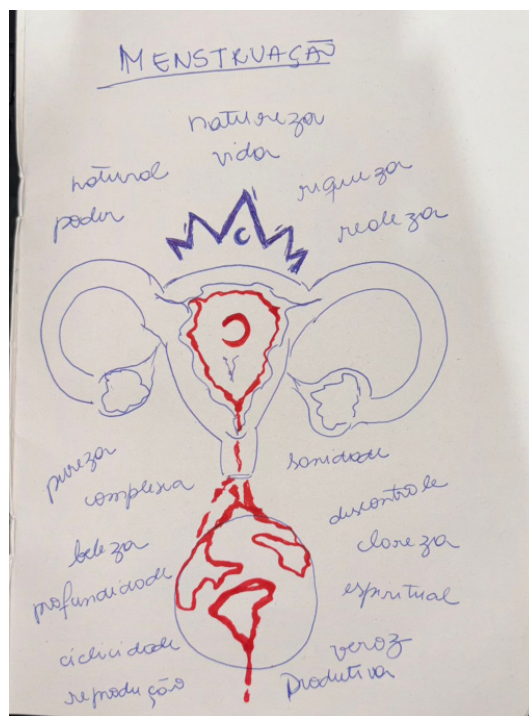


Figura 4. Mapeamento dos sentipensares de corpos-territórios menstruantes realizado por participante do curso, advogada e pesquisadora.

Fonte: Participante do curso *Precisamos falar sobre Dignidade Menstrual* (2024).

A conexão da terra com a lua, o ventre e uma série de palavras demarcam o que atravessa o universo de menstruantes, que trazem de suas entranhas o sangue menstrual para a terra e, a partir dele, tecem cultura. As diversas facetas que envolvem o menstruar

tornam este ato um ser e fazer ambíguo e também ambivalente em suas tantas camadas. Advogada e pesquisadora dos direitos das mulheres gordas, a participante citada cresceu no Vale do Paranhana, assim como eu, e é um exemplo do quanto a rede de afetos e afetamentos na luta se tece organicamente pelos caminhos da vida:

Eu me inscrevi no último minuto, sabendo que estaria cheia de compromissos, mas que valeria a pena te escutar. Não escrevo isso porque tu é minha amiga, mas sou tua amiga porque te admiro, me inspiro e me identifico. Todas as palavras ditas, é perceptível, vem do sangue latejante que circula, dá vida, acalenta e se derrama no teu pesquisar. [...] Todes ganham com isso, sobretudo as mulheres que tantas vezes são marginalizadas e violentadas pelo simples fato de serem. Identifiquei a relação com a minha própria pesquisa, que trata sobre mulheres gordas, essas que são animalizadas e seu corpo é visto com nojo de fora pra dentro e, sem dúvida, de dentro pra fora (Participante da formação, 2024).

A rede enlaçada coletivamente é quem dá o sustento para a realização de movimentos emancipatórios, como buscamos realizar na busca pela dignidade menstrual. Não consigo separar a pesquisadora da lutadora por direitos humanos, ou da amiga. Elegemos as amizades também pela reciprocidade, pela capacidade de expressarmos nossas vulnerabilidades e acolhermos as pessoas, e assim tecemos saberes, como a ampliação das percepções acerca dos corpos gordos e de como são afetados pelos entrecruzamentos das expressões colonialistas.

A figura a seguir foi elaborada pela diretora de uma escola de educação infantil em Três Coroas, uma figura essencial na minha trajetória de vida: minha mãe. Ela foi a motivação pessoal para que eu escolhesse a menstruação como temática de pesquisa e de luta. Suas diversas vivências e complicações de saúde, tanto nos seios quanto no útero – enfrentando endometriose, muitas cirurgias, incluso uma histerectomia – foram processos que acompanhei de perto. O número de vezes em que quase a perdi me levou a questionar profundamente os afetamentos colonialistas e como eles se somatizam, sobretudo nos corpos feminilizados, de forma compulsória e coletiva, representando um feminino atacado e adoecido em nossa sociedade. “Territórios inférteis e opressores para quem pare, sangra e amamenta”, como escrevi em meu Diário de Momentos.

A presença da minha mãe nos encontros trouxe memórias da minha infância em relação ao menstruar. Destaco um episódio em que fui para a creche usando os absorventes dela, o que gerou um constrangimento coletivo. Foi algo que, depois das discussões com o grupo, provocou reflexões: afinal, o que motiva ter vergonha de um absorvente?



Figura 5. Mapeio dos sentipensares de corpos-territórios menstruantes realizado por participante do curso, professora.

Fonte: Participante do curso *Precisamos falar sobre Dignidade Menstrual* (2024).

Os entrecruzares da menstruação com a gravidez, um sangue que tem potência para gerar humanidade em sua literalidade, foram muito presentes no desenho de minha mãe, conforme se observa na Figura 5. Além dos itens de contenção de fluxo, aparecem ali o método ancestral de conhecer o ciclo menstrual que é o uso do calendário, também conhecido como “tabelinha”, o teste de gravidez e o dispositivo intrauterino (DIU), um método de contracepção usado por ela, mas que lhe causava muitas cólicas. As políticas públicas também foram citadas no mapeio, ressaltando que esse ponto causou muitos afetamentos entre as pessoas participantes, no debate sobre o espaço quase inexistente da educação nas políticas públicas voltadas para a dignidade menstrual.

Entre os afetamentos que as participantes partilharam em seus mapas, chamou a atenção o fato de ambos partirem do útero como figura central para representar menstruantes, cercado de palavras e símbolos. Esse material dialoga com a terceira experiência em educação para a dignidade menstrual, o *Mapeio do corpo-território Menstruante*, que aconteceu junto de estudantes do sétimo semestre de Pedagogia da Universidad Pedagógica Nacional de Cuernavaca, unidade 171 Morelos, México. Tal experiência ocorreu durante a minha instância investigativa PDSE, escrevendo aqui na condição de primeira autora, e consistiu em uma participação presencial como professora convidada na disciplina de Thesis 1, em 22 de agosto de 2024, sob regência da investigadora Ruth Belinda Bustos Córdova, terceira autora, orientadora de tese junto com a pesquisadora brasileira Sarai Schmidt, segunda autora.

Após a apresentação dos mapeios de índices e panoramas de como a menstruação performa no mundo e na América Latina nos âmbitos da mídia, saúde, educação e culturas, os alunos foram convidados a participar da pesquisa por meio da atividade de mapeio dos corpos e territórios menstruantes. Os mapeios foram fotografados e, a partir deles, são apresentadas as discussões que os permeiam, fazendo dos participantes também tecedores de saberes e práticas voltadas para a dignidade menstrual.



Figura 6. Compilado de mapeios dos sentipensares de corpos-territórios menstruantes realizado por estudantes da UPN.

Fonte: Montagem realizada pela primeira autora a partir de mapeios de estudantes da UPN (2024).

A turma era formada por um público jovem e diverso, com idades entre 21 e 30 anos, majoritariamente feminino. No entanto, chamou a atenção a participação ativa dos homens, o que contrastou com outras experiências que eu havia tido no Brasil ao abordar essa temática. Vale ressaltar que essa diferença não se reflete nos índices, já que Brasil e México são equilibrados nos índices de violência envolvendo machismos. Assim como nos mapeios realizados na formação em Três Coroas, itens de contenção de fluxo menstrual,

bem como contraceptivos, calcinhas e testes de gravidez foram símbolos presentes nos mapeios. A ambiguidade de sentidos que permeia a menstruação e o imaginário social de um território tão distante reflete a universalização da menstruação e os diversos mecanismos criados para o controle de corpos menstruantes.

Em contraponto, tem-se a forte presença de propostas emancipatórias, como a vulva-flor desenhada em diversos tons de vermelho por uma aluna que é transgênero, e atua em suas investigações com a temática da educação sexual e sua inserção no currículo escolar. Um dos mapeios trouxe também um trecho da canção mexicana *Entre las piernas*, de Elma e Elmar, lançada em 2024, que fala justamente da menstruação: “me hace dulce me hace eterna, soy tan dulce y tan violenta”, evidenciando um diálogo do tema com uma produção recente da indústria da cultura musical do país. Depois do encontro, fui procurar a música e me informar melhor sobre ela, já que traz uma série de elementos para observar a construção cultural da menstruação em solo mexicano.

A ambivalência do menstruar, entre suas doçuras e violências, atravessa os entendimentos e a relação ambígua que menstruantes desenvolvem com o fenômeno. O menstruar que torna a vida um eterno deixar morrer para renascer, também tema da música, dialogou com a figura do esqueleto elegida por um dos grupos de estudantes para representar de forma interseccional as pessoas menstruantes, sem enquadrá-las num padrão corporal específico. Além disso, o esqueleto representa a íntima relação que o povo mexicano possui com a morte, herança pré-hispânica que revela uma sabedoria profunda dos eternos ciclos de vida, morte e vida aos quais estamos todos sujeitos. Outro grupo elegeu um manequim com a mesma proposta de não estereotipar menstruantes.

Palavras finais

Por meio da contextualização da discussão e apresentação dos materiais que afetaram meu caminho, bem como dos saberes construídos a partir de análises do processo de doutoramento, os conteúdos apresentados em cada uma das atividades formativas foram adaptados aos públicos. Os momentos foram permeados por discussões sobre os estigmas menstruais, e a união da cartografia das experiências proporcionou uma aproximação entre os territórios por meio da compreensão das realidades distintas, mas também atravessadas por opressões colonialistas de controles de corpos menstruantes, que perpassam Brasil, México e América Latina.

Cada uma das três atividades permitiu uma complexificação da cosmopercepção e da formação dos imaginários sociais dos respectivos territórios, evidenciando e valorizando o pluralismo histórico no que tange a ferramentas e saberes para a geração

da dignidade menstrual, respeitando as comunidades que habitam os territórios por onde as atividades formativas percorreram.

Coraçonar cada uma das atividades formativas deu espaço para a exposição de pensamentos hegemônicos e dominantes e para a valorização de formas outras de se vivenciar a menstruação. A interseccionalidade se mostrou presente em cada etapa do processo, trazendo oportunidades de compreensão dos entrecruzamentos de opressões patriarcais, neoliberais e ambientais que afetam pessoas menstruantes, bem como de reflexão acerca dos papéis da mídia, educação e saúde, além da geração de políticas públicas voltadas para a educação no território escolar e outros espaços.

Mediante os índices de investigações demográficas, iniciativas educativas independentes e institucionais, discursos dos meios de comunicação, entre outros materiais que adentraram as discussões das atividades formativas, foi possível desenvolver um fluxo de consciência que enlaçou experiências distintas no Brasil e no México, permitindo um diálogo interdisciplinar e interseccional sobre a dignidade menstrual no Brasil e no México.

O tema menstruação ganhou espaço na mídia, nas políticas públicas e na sociedade global. Contudo, a dignidade menstrual avança lentamente em termos de pesquisas e práxis no Brasil e no mundo, com muitas lacunas a serem cobertas. O interesse social e científico pelo tema é recente, no sentido de quebrar o estereótipo de uma maneira universal de menstruar e buscar erradicar a pobreza menstrual.

A busca por esses materiais e ferramentas firmou o propósito de encontrar ressonâncias, dissonâncias e complementaridades entre estudos, iniciativas e políticas públicas, com o objetivo de fazer uma contrapartida no país estrangeiro por meio da apresentação de pistas emergentes e também trazer pistas emergentes do intercâmbio para o Brasil. Ademais, compartilhar experiências e pistas emergentes do caminho intercultural, a fim de encontrar interfaces que possam inspirar-se mutuamente nos diferentes territórios do Brasil-México, estimula o debate para promover políticas públicas voltadas à dignidade menstrual com foco na educação antidiscriminatória, realizando a divulgação científica da experiência.

A partir dessa experiência formativa, são apresentadas pistas para compreender a educação menstrual como um conhecimento específico, que envolve diretamente a construção da dignidade menstrual a partir da criação de diálogos e espaços educativos que valorizem as especificidades de cada comunidade, permitindo sua emancipação e tecendo seus próprios processos históricos de resistência aos colonialismos que subalternizam historicamente as pessoas menstruantes e oprimem culturas que não seguem as suas

expectativas do mundo. O sentimento emancipatório das pessoas afetadas pelas formações – dos estudantes e profissionais da saúde à assistência social, educação, cultura, arte e comunidade em geral – foi o de trazer mais pessoas no caminho das múltiplas dignidades possíveis para a menstruação.

Referências

Akotirene, Carla (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen Produção Editorial Ltda.

Bilge, Silma; Collins, Patricia Hill (2021). *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo.

Calderón-Villarreal, Alhelí (2023). Taxing women's bodies: the state of menstrual product taxes in the Americas. *The Lancet – Regional Health Americas*, 29, pp. 1-6. Disponível em: <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S2667-193X%2823%2900211-9>. Acesso em: 20 jul. 2024.

Crenshaw, Kimberlé (1991). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, 43(6), pp. 1.241-1.299. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1229039>. Acesso em: 20 jul. 2024.

Deleuze, Gilles; Guattari, Félix (2006). *Mil platôs 1: capitalismo e esquizofrenia*. 4. ed. São Paulo: Editora 34.

Gonzalez, Lélia (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Hess, Remi (2006). Momento do diário e diário dos momentos. In R. Hess (org.), *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si* (pp. 89-104). Porto Alegre: EDIPURS.

Kastrup, Virginia (2008). A aprendizagem da atenção na cognição inventiva. In V. Kastrup; S. Tedesc & E. Passos (org.), *Políticas de cognição* (pp. 156-172). Porto Alegre: Sulina.

Oyèrónké, Oyewumi (2011). *A invenção das mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Passos, Eduardo & Barros, Regina Benevides de (2009). Por uma política da narratividade. In E. Passos; V. Kastrup & L. Escóssia (org.), *Pistas do método cartográfico* (pp. 150-171). Porto Alegre: Sulina.

Restrepo, Eduardo & Escobar, Arturo (2005). Otras antropologías y antropología de otro modo: elementos para una red de antropologías del mundo. In A. Escobar, *Más allá del tercer mundo: globalización y diferencia* (pp. 231-256). Bogotá: Icanh.

Segato, Rita Laura (2012). Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos CES (Online)*, Coimbra, 18, pp. 1-5. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 20 jul. 2024.

Willig, Caroline Luiza (2021). “*Tá de chico?*” Estigmas do sangue na mídia e na escola. 2021. Dissertação (Mestrado em Processos e Manifestações Culturais) – Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais, Universidade Feevale, Novo Hamburgo. Disponível em: <biblioteca.feevale.br/Vinculo2/000043/0000434e.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

Yurén, María Teresa Camarena (2000). Formación, eticidad y relación pedagógica. In M. T. C. Yurén, *Formación y puesta a distancia: Su dimensión ética* (pp. 27-41). México: Paidós

Recebido em 17 de fevereiro de 2025.

Aceito em 30 de março de 2025.

Dignidade menstrual na formação docente: cartografias de experiências no Brasil e no México

Resumo

Esta investigação apresenta pesquisas e intervenções cartográficas envolvendo dignidade menstrual e formação docente realizadas nos territórios Brasil e México. A primeira (2022) ocorreu junto à rede municipal de professores/as de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil. A segunda integrou aulas temáticas junto de estudantes da Universidad Pedagógica Nacional em Cuernavaca, Morelos, México (2024). A terceira apresenta um minicurso realizado no Município de Três Coroas (2024), Rio Grande do Sul. Tanto Brasil quanto México aderiram à Constituição Universal de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e fazem parte da lista de países-membros do Conselho de Direitos Humanos. Ambos têm índices similares de violação dos direitos sexuais e reprodutivos das pessoas que menstruam. As intervenções buscam a autonomia de cada território para reconhecer estigmas universalizantes e colonialistas envolvendo o sangue menstrual, resgatar saberes e gerir seus processos históricos diante das menstruações.

Palavras-chave: Dignidade Menstrual; Formação Docente; Direitos Humanos; Formação Intersetorial.

Menstrual dignity in teacher training: cartographies of experiences in Brazil and Mexico

Abstract

This research presents research and cartographic interventions involving menstrual dignity and teacher training carried out in the territories of Brazil and Mexico. The first (2022) took place with the municipal network of teachers in Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brazil. The second integrated thematic classes with students from the Universidad Pedagógica Nacional in Cuernavaca, Morelos, Mexico (2024). The third presents a mini-course held in the municipality of Três Coroas (2024), Rio Grande do Sul. Both Brazil and Mexico have signed the Universal Constitution on Human Rights of the United Nations (UN) and are on the list of member countries of the Human Rights Council. Both have similar rates of violation of the sexual and reproductive rights of people who menstruate. The interventions seek the autonomy of each territory to recognize universalizing and colonialist stigmas involving menstrual blood, rescue knowledge and manage their historical processes regarding menstruation.

Keywords: Menstrual Dignity; Teacher Training; Human Rights; Intersectoral Training.